

RELATÓRIO DE MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL DO FUNDO DE PENSÃO MULTINSTITUÍDO POR ASSOCIAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO E DA JUSTIÇA – JUSPREV – SEGUNDO SEMESTRE DE 2021

1. INTRODUÇÃO

Aos dez dias do mês de junho, do ano de dois mil e vinte e dois, durante reunião virtual, reuniu-se o Conselho Fiscal do Fundo de Pensão Multinstituído por Associações do Ministério Público e da Justiça – JUSPREV, constituído pelo seu Presidente Dr. VIRGILIO PANAGIOTIS STAVRIDIS e pelos membros efetivos, Drs. SANDRO LOUREIRO MARONES, THIAGO BRANDÃO DE ALMEIDA e pelos suplentes Drs. ALEXANDRE MIGUEL, FLODESMIDT RIANI e Dra. ROSI DE OLIVEIRA DEQUECH, para, em atendimento aos artigos 19, 20 e 23, da Resolução MPS/CGPC n.º 13, de 1º de outubro de 2004, realizar a análise dos documentos e informações disponibilizadas pela Entidade e emitir o presente Parecer, referente aos procedimentos adotados pelo Conselho Deliberativo e pela Diretoria Executiva do JUSPREV, durante o segundo semestre do ano de dois mil e vinte e um.

2. GESTÃO DOS INVESTIMENTOS

O relatório de acompanhamento da Política de Investimentos tem por objetivo verificar a aderência dos investimentos do plano de benefícios da entidade (PLANJUS) às diretrizes de aplicação estabelecidas pela Resolução CMN n.º 4.661, de 25 de maio de 2018, ao artigo 19, da Resolução MPS/CGPC n.º 13, de 01 de outubro de 2004, e alterações posteriores.

A seguir, serão analisados os investimentos do PLANJUS nos segmentos, carteiras e classes de ativos sujeitos às restrições legais e a limites estabelecidos pela Política de Investimentos da entidade. Serão avaliados, ainda, os riscos de mercado e de contrapartes a que o PLANJUS está exposto.

2.1 ADERÊNCIA DA GESTÃO DOS RECURSOS GARANTIDORES

Com base nos Demonstrativos de Investimentos e nas análises técnicas especializadas emitidas pela Consultoria Aditus, verificou-se que, durante o segundo semestre do ano de 2021, a Diretoria Executiva, por intermédio dos gestores e custódia, está mantendo os recursos do PLANJUS em atendimento às Diretrizes da Política de Investimentos e aos normativos da Resolução CMN n.º 4.661, de 25 de maio de 2018.

Os aspectos relacionados aos limites de alocação, concentração, operações com derivativos e vedações estabelecidas pela referida norma e pela Política de Investimentos foram mantidos segundo os parâmetros definidos, caracterizando seu fiel cumprimento.

Nos quadros a seguir apresentamos os Demonstrativos de Investimentos do Plano de Benefícios Previdenciários (PLANJUS) e do Plano de Gestão Administrativa (PGA), extraídos dos Relatórios de Acompanhamento das Políticas de Investimentos elaborados pela Consultoria Aditus, relativos ao término do segundo semestre de 2021.

2.1.1 ADERÊNCIA DA GESTÃO DOS RECURSOS GARANTIDORES

A Figura 1 permite analisar a alocação dos investimentos por segmento de aplicação, conforme estabelecido pela Resolução CMN n.º 4.661.

Recursos Garantidores (em mil R\$)	1º Trimestre		2º Trimestre		3º Trimestre		4º Trimestre	
	Financeiro	Part. (%)	Financeiro	Part. (%)	Financeiro	Part. (%)	Financeiro	Part. (%)
Segmentos de Aplicação	340.302,37	100%	355.734,49	100%	363.768,76	100%	383.653,50	100%
Renda Fixa	263.951,18	77,56%	270.638,99	76,08%	277.276,77	76,22%	293.089,51	76,39%
Renda Variável	27.693,62	8,14%	30.623,80	8,61%	28.837,56	7,93%	27.718,86	7,22%
Estruturado	32.758,43	9,63%	33.909,00	9,53%	32.135,64	8,83%	37.789,61	9,85%
Imobiliário	39,74	0,01%	178,38	0,05%	84,28	0,02%	108,92	0,03%
Operações com Participantes	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Exterior	15.859,40	4,66%	20.384,32	5,73%	25.434,50	6,99%	24.946,61	6,50%

Figura 1 – Alocação dos Investimentos

Verifica-se que a alocação dos investimentos está dentro dos limites estabelecidos pela referida Resolução.

A Figura 2 permite analisar os investimentos do JUSPREV quanto à concentração por emissor e comparando-se com os respectivos limites estabelecidos pela legislação.

Limites de concentração por EFPC	Maior (%) Observado	Limite Legal	Limite Plano	Status
Emissores (Art. 28)				
PL de uma mesma inst. financ. e coop. de crédito autorizada a funcionar pelo Bacen (Inciso II, alínea a)	0,10%	25,00%	25,00%	OK
FIDC ou FICFIDC (Inciso II, alínea b)	1,50%	25,00%	25,00%	OK
Fundo de investimento em cotas de índice de renda fixa (Inciso II, alínea c)	0,00%	25,00%	25,00%	OK
Fundo de índice referenciado em cesta de ações de companhias abertas (Inciso II, alínea c)	0,11%	25,00%	25,00%	OK
Fundo ou FIC classificado no segmento de investimentos estruturados (Inciso II, alínea d)	17,12%	25,00%	25,00%	OK
FII e FICFII (Inciso II, alínea e)	0,00%	25,00%	25,00%	OK

Figura 2 – Concentração por emissor

Verifica-se que a alocação dos investimentos está em conformidade com os limites de concentração estabelecidos pela Resolução CMN n.º 4.661 para o segundo semestre de 2021.

A Figura 3 apresenta o limite de concentração por investimento, comparado com os limites estabelecidos nas Resoluções pertinentes.

Limites de concentração por EFPC	Maior (%) Observado	Limite Legal	Limite Plano	Status
Emissores (Art. 28)				
Fundo de índice do exterior admitido à negociação em bolsa de valores do Brasil (Inciso II, alínea f)	0,01%	25,00%	25,00%	OK
Fundo de investimento constituído no Brasil com o sufixo "Investimento no Exterior" (Inciso II, alínea f)	0,99%	25,00%	25,00%	OK
Fundo local com ativos financeiros no exterior (Inciso II, alínea f)	0,37%	25,00%	25,00%	OK
Demais emissores (Inciso II, alínea g)	0,00%	25,00%	25,00%	OK
Patrimônio separado constituído nas emissões de certificado de recebíveis com regime fiduciário (Inciso III)	0,00%	25,00%	25,00%	OK
Fundo de investimento constituído no exterior de que trata o Inciso III do art. 26 (Inciso IV, alínea a)	0,07%	15,00%	15,00%	OK
Debêntures - Lei 12.431 (Inciso IV, alínea b)	0,08%	15,00%	15,00%	OK
Mesma série de títulos ou valores mobiliários (§ 1º)	0,43%	25,00%	25,00%	OK
Quantidade de ações que representem capital total e capital votante de uma mesma companhia aberta (§ 5)	0,12%	25,00%	25,00%	OK

Figura 3 – Limites de Concentração por Investimento

Verifica-se que os limites de concentração por investimento estão sendo respeitados pelo JUSPREV.

2.1.2 DAS VEDAÇÕES

Os quadros a seguir apresentam as vedações impostas na aplicação dos recursos em ativos ou modalidades não previstas na Resolução CMN n.º 4.661 e alterações posteriores.

Requisitos e Vedações	Status
Realizar operações de compra e venda, ou qualquer outra forma de troca de ativos entre planos de uma mesma EFPC (Inciso I)	-
Realizar operações de crédito, inclusive com suas patrocinadoras (Inciso II)	-
Aplicar em ativos financeiros de emissão de pessoas físicas (Inciso III)	OK
Aplicar em ativos financeiros de emissão de sociedades limitadas (Inciso IV)	OK
Aplicar em ações e demais ativos financeiros de emissão de sociedade por ações de capital fechado (Inciso V)	OK
Realizar operações com ações fora de bolsa de valores ou mercado de balcão (Inciso VI) ¹	OK
Derivativos a descoberto (Inciso VII, alínea a)	OK
Aplicar em veículos que gerem possibilidade de perda superior ao PL (Inciso VII, alínea b) ²	OK
Operações day-trade (Inciso VIII) ³	-
Aplicar recursos no exterior por meio da carteira própria ou administrada (Inciso IX)	OK
Prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se de qualquer forma (Inciso X)	-

Requisitos e Vedações	Status
Locar, emprestar, tomar emprestado, empenhar ou caucionar ativos financeiros (Inciso XI) ⁴	OK
Atuar como incorporadora, de forma direta ou indireta (Inciso XII)	-
Adquirir terrenos e imóveis (Inciso XIII)	-
Aplicar em ativos sem ISIN (Art. 18)	OK
Fundos em desacordo com os limites de derivativos (Art. 30)	OK
Derivativos sem garantia (Art. 30, Inciso IV)	OK
Aplicar em ativos ou modalidades não previstas na Resolução CMN nº 4.661 e alterações posteriores	OK

¹ Exceto nos casos de distribuição pública, exercício do direito de preferência, conversão de debêntures em ações, exercício do bônus de subscrição, casos previstos em regulamentação estabelecida pela SPC e demais casos expressamente previstos na Resolução CMN nº 4.661 e alterações posteriores;

² Tal conferência deve ser realizada pelo administrador de cada um dos fundos, portanto, consideraremos enquadrados nesse quesito os fundos que possuem vedação a esse tipo de operação em seu regulamento;

³ Através dos arquivos que recebemos, não é possível identificar se houve, ou não, operações de day trade. Tal conferência deve ser realizada pelo administrador de cada um dos fundos;

⁴ Será considerado o somatório dos mesmos ativos informados no arquivo XML para resultado final da operação.

Figuras 4 – Vedações na aplicação dos recursos

2.2 DO RISCO DE CRÉDITO

O JUSPREV adota classificações para os títulos em acordo com as notas de crédito (rating) do emissor ou da emissão, com o propósito de identificar e classificar o risco de crédito privado. São considerados para efeitos de classificação:

- Grau de investimento: títulos que possuem maior grau de segurança, seja pela capacidade financeira de seu emissor ou por sua estrutura;
- Grau especulativo: títulos com maior risco, sujeitos a análise mais cuidadosa.

Categoria de Risco	% Observado	Limite	Status
Grau de investimento + grau especulativo	19,33%	50,00%	OK
Grau especulativo	1,32%	10,00%	OK

Figura 5 – Risco de Crédito

Com base no quadro acima, pode-se constatar que a alocação do JUSPREV nesses títulos está em conformidade com a Política de Investimentos da entidade.

2.3 RENTABILIDADE

A observação da evolução da rentabilidade no segundo semestre de 2021, disposta no quadro abaixo, permite concluir que se encontra abaixo do índice de referência, estabelecido para o Plano de Benefícios Previdenciário JURIS – PLANJUS. Ainda que o conceito de índice de referência, típico de planos de Contribuições Definidas, seja distinto de meta atuarial, típico de planos de Benefícios Definidos, uma vez que o primeiro é um parâmetro desejável, enquanto o segundo, quase que obrigatório, é importante salientar que a adoção de um índice de referência é um balizador para a aplicação dos recursos de acordo com a Política de Investimentos.

EVOLUÇÃO RENTABILIDADE 2021	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	ACUMULADO
ÍNDICE DE REFERÊNCIA INPC + 4,35%	0,63%	1,18%	1,22%	0,74%	1,32%	0,96%	1,38%	1,24%	1,56%	1,52%	1,20%	1,09%	14,95%
RENTABILIDADE	0,24%	-0,10%	0,88%	0,94%	0,89%	0,57%	-0,03%	-0,01%	-0,02%	-0,21%	0,91%	0,95%	5,38%
CDI	0,15%	0,13%	0,20%	0,21%	0,27%	0,31%	0,36%	0,43%	0,44%	0,49%	0,59%	0,77%	4,42%
%CDI	158,53%	-70,64%	437,15%	452,76%	330,82%	186,66%	-8,28%	-2,32%	-3,74%	-43,25%	155,72%	123,34%	121,66%
POUPANÇA	0,12%	0,12%	0,12%	0,16%	0,16%	0,20%	0,24%	0,24%	0,30%	0,36%	0,44%	0,56%	3,06%
%POUPANÇA	204,48%	-82,00%	758,46%	591,71%	562,43%	284,54%	-12,03%	-4,06%	-5,48%	-58,79%	207,09%	169,15%	175,97%

Figura 6 – Evolução da Rentabilidade

2.4 CUSTO DA GESTÃO DE INVESTIMENTOS

As taxas de administração e performance, cobradas pelos gestores dos fundos, estão em linha com aquelas praticadas pelo mercado, devendo ser considerado que são deduzidas da rentabilidade líquida da cota dos Fundos de Investimento.

2.5 MANIFESTAÇÃO

O Conselho Fiscal, após a verificação e análise dos documentos e controles associados à execução da Política de Investimentos, e com base no parecer da Aditus Consultoria, manifesta que a gestão atendeu aos parâmetros estabelecidos pelo artigo 19 da Resolução MPS/CGPC n.º 13, de 1º de outubro de 2004.

De igual forma, este Conselho verificou e manifesta que os recursos do plano, durante o segundo semestre de 2021, estão sendo aplicados em acordo com a regulamentação estabelecida pela Resolução CMN n.º 4.661, de 25 de maio de 2018, e em conformidade com a Política de

Investimentos vigente. As rentabilidades obtidas no segundo semestre de 2021 ficaram abaixo do índice de referência.

3 ADERÊNCIA ÀS PREMISSAS E HIPÓTESES ATUARIAIS

A Resolução CNPC nº 30/2018, em seu art. 3º, determina que as hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras devem estar adequadas às características da massa de participantes e assistidos e ao regulamento do plano de benefícios de caráter previdenciário. No mesmo artigo, porém, tal resolução determina que a comprovação de adequação é exigida apenas aos planos estruturados na modalidade de Benefício Definido (BD) e Contribuição Variável (CV), haja vista a presença de regime atuarial, mutualista.

O PLANJUS está estruturado na modalidade contribuição definida e oferece benefícios programados e de risco com os valores dos benefícios permanentemente ajustados à conta do participante, considerando o resultado líquido dos recursos garantidores.

Assim, visando a mitigação de riscos de imagem e de frustração das expectativas dos participantes, são realizados testes estatísticos/atuariais das premissas adotadas pelo Plano, a pedido da Entidade, com o objetivo a adequar e manter sustentável o benefício às necessidades dos participantes.

Estão vigentes as seguintes hipóteses, que compõem o fator de conversão do saldo em renda:

- Tábua de Mortalidade Geral: BR-EMSsb-2015-f; • Tábua de Mortalidade de Inválidos: BR-EMSsb-2015-f;
- Taxa de Juros: 4,35% a.a.

Tais hipóteses foram atestadas por meio de estudo técnico elaborado pela Lumens Atuarial, devidamente avaliado por este Conselho, e serão atualizados periodicamente a pedido da Entidade.

Por se tratar de um Plano estruturado na modalidade de Contribuição Definida (CD), vale ressaltar que as hipóteses atuariais não são utilizadas para a apuração das obrigações do plano de benefícios junto aos seus participantes, mas sim para o cálculo das rendas mensais, por equivalência atuarial.

3.1 EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO

O Patrimônio de Cobertura do Plano vem evoluindo à média de 1,28% mensais, atingindo o valor absoluto de R\$ 383 MM ao término do 2º Semestre de 2021, com um crescimento relativo de 15,60% no período.

Figura 7 – Evolução do Patrimônio de Cobertura do Plano

MÊS	PATRIMÔNIO	VARIAÇÃO
JANEIRO	R\$ 331.920.010,91	0,75%
FEVEREIRO	R\$ 332.532.503,81	0,18%
MARÇO	R\$ 340.370.558,43	2,36%
ABRIL	R\$ 345.475.134,48	1,50%
MAIO	R\$ 350.698.049,68	1,51%
JUNHO	R\$ 355.809.277,54	1,46%
JULHO	R\$ 358.087.767,26	0,64%
AGOSTO	R\$ 361.346.273,66	0,91%
SETEMBRO	R\$ 363.829.096,93	0,69%
OUTUBRO	R\$ 365.488.622,01	0,46%
NOVEMBRO	R\$ 373.111.612,89	2,09%
DEZEMBRO	R\$ 383.688.810,83	2,83%

3.2 MANIFESTAÇÃO

Diante da análise do acompanhamento relativo ao 2º semestre de 2021, este Conselho não possui recomendações a fazer em relação às premissas e hipóteses atuariais adotadas pela JUSPREV.

4. CONTROLES INTERNOS

Em entendimento aos artigos 19, 20 e 23, da Resolução MPS/CGPC n.º 13, de 1º de outubro de 2004, este Conselho Fiscal analisou a documentação disponibilizada pela entidade, referente ao segundo semestre de 2021, para verificação da aderência e eficiência dos controles internos, e apresentou a seguinte manifestação sobre os pontos verificados:

4.1. SEGREGAÇÃO DE ATIVIDADES DE FUNÇÕES

Verificamos, com base na estrutura organizacional e funcional, que as atividades e funções estão segregadas, consoante ao que estabelece o artigo 10, da Resolução MPS/CGPC n.º 13, de 1º de outubro de 2004.

4.2. CALENDÁRIO DE OBRIGAÇÕES

Verificamos, com base nos controles internos, que a entidade está cumprindo o seu calendário de obrigações junto à PREVIC, Receita Federal, Participantes, Instituidores e Conselheiros, mantendo registro em “Relatório Circunstanciado Mensal”.

4.3. IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICA DE CONTROLES INTERNOS

Verificamos que a entidade está implementando as adequações dos controles internos, consoante ao § 2º, do artigo 23, da Resolução MPS/CGPC n.º 13, de 1º de outubro de 2004.

4.4. CONTROLES INTERNOS

Verificamos que a entidade possui os seguintes controles internos: a)

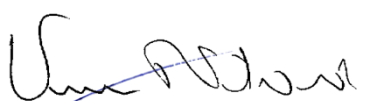
Controle de Cadastro;

- b) Controle das Contribuições;
- c) Controle dos Benefícios Concedidos;
- d) Controle das Contas dos Participantes;
- e) Controle das Portabilidades;
- f) Controle da Contabilidade por Plano;
- g) Controle das Premissas e Hipóteses Atuariais;
- h) Controle dos Custos Tributários;
- i) Controle da Execução Orçamentária;
- j) Controle da Execução da Política de Investimentos;
- k) Controle da Agenda de Obrigações junto à PREVIC, Receita Federal e Divulgações.

4.5. MANIFESTAÇÃO

Com base nas verificações e análises dos controles internos, manifestamos que os controles internos da entidade são adequados ao seu porte, ao plano de benefícios por ela administrado e ao modelo de governança proposto pela Resolução MPS/CGPC n.º 13, de 1º de outubro de 2004, devendo sempre manter seus controles internos, necessitando de aprimoramentos constantes no decorrer de suas atividades e que, no segundo semestre de 2021, não houve nenhum tipo de apontamento ou desenquadramento nos itens contidos no presente relatório.

CURITIBA, 10 de junho de 2022.



VIRGÍLIO PANAGIOTIS STAVRIDIS
Presidente do Conselho Fiscal



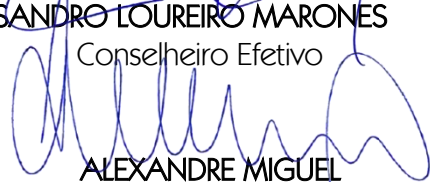
THIAGO BRANDÃO DE ALMEIDA
Conselheiro Efetivo



ROSI DE OLIVEIRA DEQUECH
Conselheira Suplente



SANDRO LOUREIRO MARONES
Conselheiro Efetivo



ALEXANDRE MIGUEL
Conselheiro Suplente



FLODESMIDT RIANI
Conselheiro Suplente